

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – TINOCO, Valéria; FRANCO, Maria Helena Pereira. O luto em instituições de abrigo de crianças. Estudos de Psicologia, Campinas, 28(4), 427-434, outubro - dezembro 2011.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este estudo teve como objetivo conhecer e refletir sobre o luto e os fatores de risco e proteção presentes no processo de institucionalização da criança em casas abrigo, a partir da prática de seus cuidadores. Foram analisados recortes de supervisões de cinco cuidadoras de nível técnico que trabalhavam em instituições de abrigo de crianças e que eram participantes de um grupo de supervisão coordenado pela autora. Estudar a respeito da prática dos cuidadores no processo de institucionalização foi importante para visualizar como a instituição pode interferir positiva e negativamente no processo de recuperação emocional após a separação da família, minimizando, ou não, problemas futuros de vinculação. A instituição e todos os envolvidos neste processo têm a possibilidade de prover grande parte dos fatores de proteção relacionados ao período de institucionalização, abrindo-se um caminho para pensarmos em intervenções preventivas e terapêuticas para a criança abrigada.
Palavras-Chave: criança; cuidado substituto; fator de risco; luto; vínculo.

3) Objetivo do estudo – Este estudo teve como objetivo conhecer e refletir sobre o luto e os fatores de risco e proteção presentes no processo de institucionalização da criança em casas abrigo, a partir da prática de seus cuidadores.

4) Tipo de pesquisa – Neste estudo qualitativo foram analisados recortes de supervisões de cinco cuidadoras de nível técnico (assistente social, pedagoga e psicopedagoga), que trabalhavam em instituições de abrigo de crianças e participavam de um grupo de supervisão coordenado pela primeira autora, entre 2003 e 2005.

5) Período da pesquisa – 2003-2005.

6) Forma de coleta de dados - Após se organizarem os registros do material de supervisão de cada participante, foi feita uma seleção dos temas emergentes de cada relato, a fim de se destacarem as informações que pudessem levar à compreensão de como as cuidadoras percebem e atuam na experiência de institucionalização.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Os dados extraídos dos registros das supervisões relacionados a possíveis fatores de risco e/ou proteção foram selecionados e agrupados para serem analisados. O processo de seleção e agrupamento levou às seguintes categorias de análise: a) o vínculo entre o cuidador e as crianças abrigadas; b) a instituição diante da história da criança; c) as visitas das famílias biológicas às crianças; d) o desabrigamento por retorno à família de origem; e) o desabrigamento pela saída aos dezoito anos; f) o desabrigamento por adoção; g) a transferência para outra instituição; h) como lidar com situações de luto por morte ou doença na instituição; i) outros rompimentos dentro da instituição; j) preparo da equipe do abrigo para o cuidado das crianças. As categorias foram assim destacadas com o intuito de organizar os dados para posterior análise.

8) Resultados / dados produzidos – Por meio da análise das categorias apresentadas, foram identificados os seguintes fatores de risco e de proteção, presentes na prática das cuidadoras participantes da pesquisa:

- Fatores de risco: (a) não reconhecimento das reações das crianças diante dos rompimentos; (b) falta de suporte adequado diante do não reconhecimento das manifestações aos rompimentos; (c) falta de preparo para mudanças e separações, como: desabrigamento, adoção, transferência para outra instituição, retorno à família, saída da instituição aos dezoito anos, saída dos cuidadores e crianças institucionalizadas; (d) dificuldade do cuidador em lidar com as emoções das crianças; (e) não reconhecimento pelos cuidadores dos próprios sentimentos em relação aos rompimentos que ocorrem na instituição e conseqüente falta de rede de apoio para eles; (f) violência dentro da instituição, por exemplo, abuso sexual; (g) não valorização das relações formadas dentro da instituição; (h) abrigamentos e desabrigamentos sucessivos; (i) carência de formação especializada para trabalhar com a população de abrigo.

- Fatores de proteção: (a) relação de apego segura com cuidadores da instituição, incluindo afeto, confiança e preservação da relação; (b) interesse e empatia de adultos cuidadores para com a criança; (c) inclusão da criança em assuntos que lhe dizem respeito, com clareza e verdade; (d) preparo dos cuidadores para lidar com as demandas específicas da criança abrigada; (e) ações coordenadas entre a rede de cuidado da criança, de dentro e fora do abrigo; (f) possibilidade de manter vínculos com os cuidadores, tanto após o desabrigamento quanto após terem estes se desligado da instituição; (g) preparação para a saída da instituição; (h) facilitação da elaboração do luto por morte: possibilidade de expressão dos sentimentos, reconhecimento das manifestações de luto, resposta a dúvidas, acompanhamento de um cuidador de confiança da criança; (i) facilitação e estímulo da relação entre as crianças; (j) existência de projetos e programas preventivos e preparatórios para o enfrentamento de diferentes situações no abrigo; (k) promoção de capacitação de cuidadores diretos para o cuidado especializado da criança abrigada.

Por meio da análise do material, foram identificados comportamentos e manifestações de luto da criança abrigada, bem como o modo como as cuidadoras compreendem e lidam com os mesmos.

Quando as cuidadoras assumem uma postura em que é permitido falar de assuntos difíceis e dolorosos, reconhecendo e validando as reações e comportamentos, os adultos envolvidos no processo de abrigamento e desabrigamento da criança podem desempenhar ações profiláticas relacionadas à formação e rompimento de vínculos, evitando a somatória de novos riscos. Percebeu-se que, quando se sentem apoiadas, as cuidadoras são capazes de lidar com esses temas difíceis, sendo o espaço da supervisão adequado para isso.

9) Recomendações – A partir dessas reflexões, tornam-se necessárias muitas outras, com o intuito de desenvolver práticas e políticas de prevenção e intervenções adequadas, na tentativa de aumentar os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco para a saúde mental da criança em situação de abrigamento. Pesquisas que visem formar profissionais de saúde aptos a trabalhar com perdas, neste e em outros contextos, devem continuar sendo exploradas.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.